

CFESS Manifesta

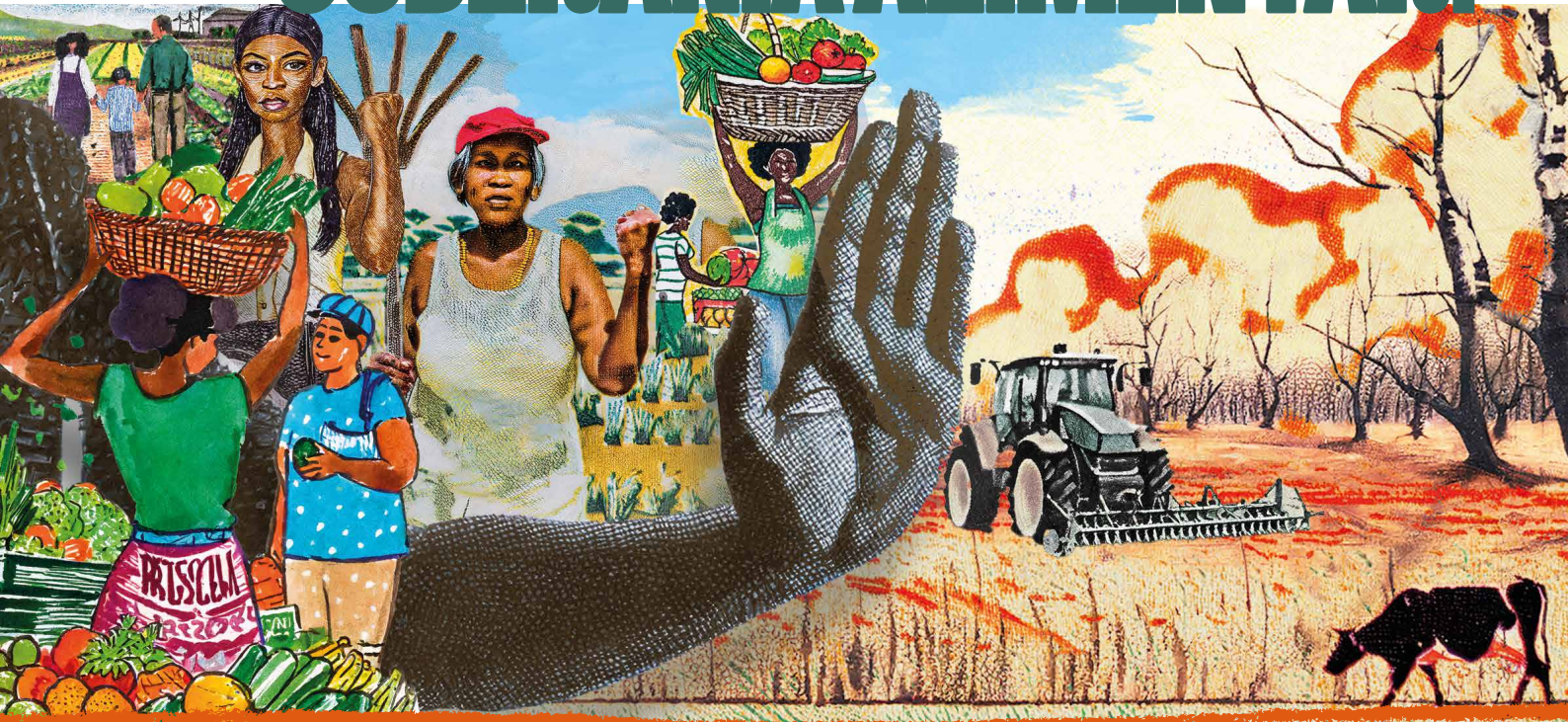
6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília (DF), 11 a 14 de dezembro de 2023

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)



A GENTE QUER SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR!



Há pouco mais de meio século, a intelectual negra Carolina Maria de Jesus já denunciava a problemática da fome no Brasil - “No dia 13 de maio de 1958, eu lutava contra a escravidão atual, a fome!”. Sim, a fome no Brasil é atravessada pelo racismo constitutivo das relações sociais brasileiras que, por sua vez, também expropriou povos indígenas e tornou a terra uma mercadoria. Com a Lei de Terras de 1850, somente quem adquirisse a propriedade da terra, por meio da compra, poderia trabalhar nela. Centenas de negros e negras, que trabalharam produzindo alimentos durante toda a escravidão, foram “libertos/as” anos depois, mas não puderam continuar na terra, haja vista não terem condições de comprá-la. A não realização de uma reforma agrária, pelo contrário, a reafirmação da opção pelo latifúndio agroexportador, são aspectos constitutivos das raízes históricas do contínuo problema da fome no Brasil. Com isso, evidenciamos que a fome também tem relação com a questão agrária até hoje não resolvida em nosso país, que dialeticamente também encontra expressões, principalmente, nas periferias das grandes cidades.

São as famílias chefiadas por mulheres negras, com crianças, que mais sofrem com a fome no país. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), com dados dos anos de 2021 e 2022, revela que aquelas somam 20,6% das famílias, enquanto famílias brancas tem o índice de 10,6% - a metade. Além disso, essas famílias estão em sua maioria nas regiões norte e nordeste do país.

As populações do campo, das águas e das florestas também têm sido as mais atingidas pela fome, conforme relatório recente da FAO (2023). Essa realidade nos remete às diversificadas formas de apropriação privada da terra pelas grandes indústrias, no contexto de flexibilização das legislações ambientais, o que proporcionou o avanço do capital no campo por meio da mineração (agravado pelo garimpo ilegal) e do agrogócio, especialmente no governo Bolsonaro. Tais expropriações contemporâneas destrutivas da natureza contaminam as águas, empobrecem os solos, poluem o ar, ameaçando ou impossibilitando a continuidade dos sistemas agroalimentares dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas. >>>



A histórica transformação dos alimentos em mercadoria, na atual fase de desenvolvimento capitalista, alcançou modalidades nunca imagináveis, a exemplo das commodities, dos transgênicos e do uso extensivo e intensivo de agrotóxicos. Essa relação terra-território-trabalho e produção de alimentos é atravessada pela questão ambiental e formas de apropriação privada dos bens comuns da natureza.

As emergências climáticas, que também são expressões dessa contradição, têm desafiado a agricultura no mundo e, portanto, impactado no agravamento da fome em escala global. Problema que não resulta necessariamente da escassez de alimentos, do baixo desenvolvimento das forças produtivas ou do desmonte das políticas sociais nos últimos anos, como no caso brasileiro, mas sim da apropriação privada da terra e dos meios de produção, geradores da desigualdade social de caráter estrutural, que separa quem produz e quem se apropria da riqueza, a exemplo dos alimentos.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) foi instituído pela Lei 10.683/2003, e regulamentado pelo Decreto 5.079/2004, mas, no início dos anos 2000, quando ainda não existia, o CFESS criou um grupo de trabalho para produzir uma análise do programa Fome Zero. Nas gestões “A gente faz um país” (2002-2005) e “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia” (2005-2008), o CFESS participou das plenárias do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), na qualidade de entidade-membro. Porém esse importante espaço de participação e controle social foi extinto no governo Bolsonaro, sendo também extintos os Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil.

“O Serviço Social brasileiro é muito importante para o Sisan e para o fortalecimento das diversas políticas em SAN. O histórico da profissão se inicia a partir do diálogo sobre a insegurança alimentar, não como uma condição natural, mas socialmente produzida, a partir de denúncia pública sobre a fome

ser tratada como uma escolha política, mas também por ser uma profissão que está no cotidiano das políticas sociais. É no mundo do trabalho que assistentes sociais articulam estratégias e perspectivas intersetoriais e integradas sobre o “reclame” da população em situação de insegurança alimentar. Assistentes sociais atuam na assistência social (em que existem os benefícios eventuais e os programas de transferência de renda), saúde (na atenção básica, a partir dos núcleos de apoio

A não realização de uma reforma agrária, pelo contrário, a reafirmação da opção pelo latifúndio agroexportador, são aspectos constitutivos das raízes históricas do contínuo problema da fome no Brasil. Com isso, evidenciamos que a fome também tem relação com a questão agrária até hoje não resolvida em nosso país, que dialeticamente também encontra expressões, principalmente, nas periferias das grandes cidades.

à saúde da família), na educação básica e no ensino superior (desde a articulação comunitária, hortas escolares, à alimentação escolar e/ou assistência estudantil), na Assistência técnica e extensão rural (desde os bancos de alimentos, apoio ao cooperativismo e atendimento social no campo), entre outros espaços” - Franqueline Terto, assistente social, docente da UPE e militante do MST.

Mas, para além da segurança, os movimentos sociais, particularmente a Via Campesina, passa a reivindicar, na década de 1990, o direito à soberania alimentar – o poder da população de ter condições de produzir seus alimentos saudáveis, garantindo e tendo autonomia para as suas práticas e culturas alimentares. Os processos de transição agroecológica, o cultivo de agroflorestas, têm sido estratégias concretas no enfrentamento ao agronegócio, principal responsável pela perda da soberania alimentar.

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”. Em suas “escrivências”, a intelectual negra Conceição Evaristo também traz memória de estômago vazio no cotidiano com sua família, quando diz: “Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. [...]Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía”.

Esse ainda é o cotidiano vivido por muitas famílias de trabalhadoras/es, particularmente negras e, para enfrentá-lo, mirando a soberania alimentar, precisamos denunciar com radicalidade os megaprojetos de mineração, de produção energética (a exemplo de Belo Monte ou dos parques eólicos) e o agronegócio, que vêm exterminando e impedindo a permanência de povos e comunidades tradicionais, bem como assentados/as de reforma agrária, nos seus territórios. A reforma urbana e agrária de base popular, com estímulo à agricultura urbana e rural, agroecológica, como os sistemas agroflorestais, são defesas que valorizam saberes ancestrais concretizados na forma de cultivos que permitem a combinação entre produção de alimentos saudáveis com a promoção e conservação da biodiversidade, primando também por relações sociais sem exploração. O pão e a justiça precisam ser diários, bastantes e saudáveis (referência ao poema O pão do povo, de Bertolt Brecht).



Escaneie o código para acessar o documento **Sou Assistente Social e aqui minhas Bandeiras de luta/Ações estratégicas**



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emily Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Aginaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTEs
Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Sandra Maria Amorim da Rocha (AC)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Iara Santana, Marciângela Gonçalves, Leonardo Koury e Franqueline Terto
Organização: Comunicação CFESS
Revisão, arte e diagramação:
Diogo Adjuto (jornalista) e Rafael Werkema (assessor)